



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 041/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 007/2023

O **MUNICÍPIO DE CARATINGA**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob n.º. 18.334.268/0001-25, sediada na Travessa Coronel Ferreira Santos, n.º. 30, centro, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Gilberto Evangelista de Oliveira conforme delegação de competência constante do artigo 1º, inc. III, do Decreto Municipal n.º 061/2021, e, de outro lado, a empresa **DINIZ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA**, inscrito no CNPJ de n.º 12.092.335/0001-66, com sede na Rodovia MG 425 – km 01 – Rua 01 n.º300 Bairro Área Rural CEP 35.300-970 – e-mail: cirurgicadiniz@yahoo.com.br Município de Caratinga Estado de Minas Gerais, neste ato representada por, EDNA MARIA DE ANDRADE DINIZ brasileira, viuva, empresária, portador do CPF n.º. 047.625.866-92 e da Carteira de Identidade n.º MG 9.196.190 expedida pela SSP/MG residente e domiciliado à Praça Jones de Oliveira n.º 315 – apto 01 Bairro Limoeiro CEP 35.301.001 Município de Caratinga Estado de Minas Gerais doravante denominada CONTRATADA, resolvem registrar os preços decorrente do Processo Administrativo de Licitação n.º 041/2023, instaurado na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 007/2023**, que se regerá pelos Decretos Municipais n.º 125/2019, 162/2019 e 188/2020 e pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto desta ata é proceder o Registro de preço para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, CORRELATOS CURATIVOS, APARELHOS HOSPITALARES E PARA INFUSÕES, PARA ATENDER OS ESF'S NA SEDE E NOS DISTRITOS, CAPS, SAD, ODONTOLOGIA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, POLICLÍNICA E ORDENS JUDICIAIS**, conforme especificado a seguir e nas condições oraestabelecidas:

DINIZ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA						
LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VR. TOTAL
7	AGULHA 13 X 4,5 COM 100	SOLIDOR	CX	1.500	8,62	12.930,00
8	AGULHA 20 X 5,5 COM 100	SOLIDOR	CX	600	8,62	5.172,00
10	AGULHA 25 X 7 COM 100	SOLIDOR	CX	1.000	8,62	8.620,00



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



12	AGULHA 40 X 12 COM 100	SOLIDOR	CX	300	8,43	2.529,00
42	CÂNULA PLÁSTICA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO (CUFF) + CÂNULA INTERMEDIARIA + GUIA Nº 5,5	SOLIDOR	UND	50	23,16	1.158,00
43	CÂNULA PLÁSTICA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO (CUFF) + CÂNULA INTERMEDIARIA + GUIA Nº 6,0	SOLIDOR	UND	50	23,16	1.158,00
44	CÂNULA PLÁSTICA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO (CUFF) + CÂNULA INTERMEDIARIA + GUIA Nº 6,5	SOLIDOR	UND	50	23,16	1.158,00
45	CÂNULA PLÁSTICA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO (CUFF) + CÂNULA INTERMEDIARIA + GUIA Nº 7,0	SOLIDOR	UND	100	23,16	2.316,00
46	CÂNULA PLÁSTICA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO (CUFF) + CÂNULA INTERMEDIARIA + GUIA Nº 7,5	SOLIDOR	UND	60	23,16	1.389,60
47	CÂNULA PLÁSTICA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO (CUFF) + CÂNULA INTERMEDIARIA + GUIA Nº 8,0	SOLIDOR	UND	100	23,16	2.316,00
60	COMPRESSA GAZE 7,5 X 7,5 11 FIOS 8 DOBRAS C/500	ORTOFEN	PCT	1.500	13,58	20.370,00
93	FIO DE SUTURA NYLON C/ AGULHA 5.0 CAIXA COM 24 UNIDADES (AGULHA 30 MM)	PROCARE	CX	100	44,55	4.455,00
128	KIT PAPANICOLAU COMPOSTO POR: • 1 ESPÉCULO DESCARTÁVEL MODELO COLLIN, TAMANHO G • 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CÔNICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLÁSTICA, COM 18 CM DE COMPRIMENTO; • 1 ESPÁTULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19 CM DE COMPRIMENTO; • 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS DE 2,8 CM X 8,4 CM, COM 1 LÂMINA DE VIDRO DE 2,5 CM X 7,5 CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE; • 1 PAR DE LUVAS EM POLIESTIRENO DE ALTA DENSIDADE, TAMANHO ÚNICO.	KOPLAST	UND	200	5,28	1.056,00
155	PAPEL GRAU CIRÚRGICO - EMBALAGENS PARA ACONDICIONAR PRODUTOS A SEREM ESTERILIZADOS, PRODUZIDAS A PARTIR DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO 70 G/M2 E FILME LAMINADO POLIÉSTER/ POLIPROPILENO LAMINADO COM ADESIVO DE ALTA PERFORMANCE RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS. O PAPEL GRAU CIRÚRGICO ATENDE OS REQUISITOS FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS, APROPRIADO PARA EMBALAR OS PRODUTOS ODONTO, MÉDICO, HOSPITALAR ESTERILIZÁVEIS. INDICADOR ROSA PARA O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, MUDANDO DE ROSA PARA MARROM. 200MM X 100MTR	HOSPFLEX	RL	5	129,34	646,70
158	PINÇA ANATÔMICA 16 CM	CASSIFLEX	UND	200	14,70	2.940,00
192	SERINGA C/ AGULHA 13/4,5 1 ML	SOLIDOR	UND	20.000	0,28	5.600,00
198	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL COM VÁLVULA Nº 10	SOLIDOR	UND	500	0,83	415,00
199	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL COM VÁLVULA Nº 12	SOLIDOR	UND	500	0,84	420,00
232	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO INTERNO 5,0 MM	SOLIDOR	UND	5	6,35	31,75
236	TUBO ENDOTRAQUEAL TAMANHO INTERNO 7,0 MM	SOLIDOR	UND	5	5,90	29,50
VALOR GLOBAL						R\$ 74.710,55

1.2. Faz parte integrante da presente Ata de registro de preços, independente de sua transcrição proposta da Detentora e demais elementos do **Processo nº041/2023**.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. A Detentora deverá entregar o(s) produto(s) de acordo com as especificações contidas no edital (Especificação do objeto), no Município de Caratinga, no local e prazo(s) indicado(s) na ordem de fornecimento.

2.2. O(s) produto(s) será(ão) entregue(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.3. O(s) produto(s) será(ão) recebido(s) e submetido(s) ao setor requisitante para avaliação da sua conformidade com as especificações constantes do Edital, proposta apresentada e Ordem de Fornecimento a fim de que decida sobre sua aceitação ou rejeição.

2.4. O(s) recebimento(s) provisório(s) e definitivo(s) do(s) produto(s) ocorrerá(ão) na forma prevista no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93, estando condicionados à conferência; exame qualitativo e aceitação ficando a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, eventual(is) vício(s), defeito(s) ou incorreção(ões) porventura detectada(s).

2.5. O recebimento definitivo somente se dará, ainda, após comprovação da entrega de todos os materiais licitados e verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação.

2.6. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Detentora, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da presente Ata de registro de preços, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e nesta Ata.

2.7. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de não receber o objeto da Ordem de fornecimento em desacordo com o previsto no Edital, na proposta apresentada, na Ata de Preços.

2.8. Constatada(s) irregularidade(s) no produto do fornecimento, o Órgão Gerenciador poderá:

2.8.1 Se disser respeito à especificação/qualidade, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando a substituição ou rescindindo a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da adoção das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituições, a DETENTORA deverá(ão) fazê-las em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados da notificação a ser expedida, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções previstas no Edital, na Ordem de Fornecimento, mantido o preço inicialmente contratado, reservando-se, ainda, o direito da Administração Pública de remeter o(s) produto(s) rejeitado(s) à DETENTORA.

2.8.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Órgão Gerenciador, no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados da notificação a ser expedida, ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções previstas no Edital, na Ata de registro de preços, mantido o preço inicialmente contratado.

2.9. O recebimento definitivo somente se dará, pós comprovação da entrega de todos os materiais licitados e verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação.

2.10. Caso a DETENTORA não apresente situação regular no ato de retirada do Empenho, ou recuse-se a retirá-lo, a presente Ata será cancelada, convocando-se o(s) licitante(s) remanescente(s), observada a ordem de classificação para retirada.

2.11. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para retirada do Empenho decorrente desta Ata de registro de preços somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e desde que devidamente fundamentada.

2.12. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício ou correio eletrônico, devendo dela constar a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e assinatura do responsável.

2.13. A DETENTORA, quando do recebimento da ordem de fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e o horário em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

2.14. A cópia da Ordem de Fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante para que seja anexada ao processo de administração da Ata de registro de Preços de fornecimento.

2.15. Por se tratar de contratação decorrente de Ata não é possível qualquer acréscimo de quantitativo, sendo admitida apenas a prorrogação do prazo de vigência, nos termos legais, para consumo do saldo remanescente.

2.16. A DETENTORA se responsabiliza pelo fornecimento, conforme objeto consignado no Edital, na proposta apresentada na presente Ata, devendo os produtos serem entregues, de forma parcelada, obedecendo ao cronograma determinado pela Secretaria Solicitante, no Município de Caratinga, sem ônus para o Município, ficando, ainda obrigada a aceitar a REQUISICÃO que porventura lhe seja enviada como resultado da presente contratação.

2.17. Os produtos deverão ser fornecidos verificando-se os aspectos de qualidade e identidade, devendo dispor na embalagem, de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto,



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



procedência, número de referência, código do produto emodelo.

2.18. A DETENTORA se responsabiliza pela entrega de materiais e/ou produtos, sob penade suspensão do fornecimento e demais medidas legais. Para que esta determinação seja cumprida com rigor, a Secretaria Municipal requisitante designará servidor competente para recebimento e conferência dos produtos.

2.19. A DETENTORA se compromete a realizar as entregas dos produtos mesmo em casode greve ou paralisação, seja de que natureza for.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O prazo de vigência destaAta de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, ou até a total absorção do objeto, podendo ser rescindido antes desse prazo, por conveniência administrativa, ou prorrogado para consumo do saldo remanescente.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total da presente Ata de registro de preços é de **R\$ 74.710,55 (Setenta e Quatro Mil Setecentos e Dez Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)**, a ser pago à DETENTORA, de acordo com o fornecimento efetuado.

4.2. O pagamento do preço registradoserá efetuado em até 30 (trinta) diasdas entregas efetuadas, devendo a(s) licitante(s) contratada emitir(em) as respectivas Notas Fiscais que, devidamente comprovadas e atestadas por servidor da Administração designado para tal fim, deverão ser encaminhadas acompanhadas dos comprovantes de regularidadefiscal.

4.21 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no Órgão Gerenciador, o pagamento será efetuado no primeiro dia útilsubsequente.

4.3. Caso venha a ocorrer exigência de providências a serem cumpridas pela DETENTORA, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que as providências reclamadas foremcumpridas.

4.4. O pagamento será efetuado através de crédito em conta-corrente bancária, devendo a DETENTORAapresentar o número da mesma, o banco e a agência junto ao corpo da(s) Nota(s) Fiscal(is) ou em anexo ou, ainda na Tesouraria da Prefeitura Municipal, nos termos da legislaçãovigente.

4.5. O ÓRGÃO GERENCIADOR se exime do pagamento de quaisquer despesas oriundas do fornecimento que a DETENTORAfaça sem sua préviaaprovação.

4.6. No caso de expirar(em) o(s) prazo(s) de validade das certidões apresentada(s) pela(s)



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



DETENTORAS até a data do pagamento, deverá a mesma providenciar a atualização desta(s).

4.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tiver sido imposta à DETENTORA em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a alteração da proposta ou reajustamento do valor devido.

4.8. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados, ficando isento o Órgão Gerenciador de arcar com quaisquer ônus, seja de que natureza forem.

4.9. O atraso na apresentação por parte da DETENTORA da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo concedido ao Órgão Gerenciador para efetuar o respectivo pagamento, por um período correspondente a quantidade de dias de atraso na apresentação da respectiva fatura e/ou documentos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A execução do objeto desta licitação correrá à conta de recursos próprios provenientes da seguinte Dotação Orçamentária:

02.08.031236700052.138000 3.3.90.30 – Ficha	503
1014	
02.08.011212200052.011000 3.3.90.30 – Ficha	506
956	
02.08.031236100052.119000 3.3.90.30 – Ficha	511
984	
02.08.031236500052.120000 3.3.90.30 – Ficha	519
997	
02.08.051236100052.284000 3.3.90.30 – Ficha	526
1064	
02.06.010812200092.011000 3.3.90.30 – Ficha	531
443	
02.06.010812200092.011000 3.3.90.30 – Ficha	537
444	
02.06.010812200092.011000 3.3.90.30 – Ficha	544
452	
02.06.030812200092.081000 3.3.90.30 – Ficha	551
479	
02.06.020824400092.247000 3.3.90.30 – Ficha	557
462	
02.06.030824100092.254000 3.3.90.30 – Ficha	563
484	
02.06.030824200092.266000 3.3.90.30 – Ficha	569
488	
02.06.030824300092.068000 3.3.90.30 – Ficha	578
497	
02.06.030824300092.286000 3.3.90.30 – Ficha	586



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



02.06.040824400092.242000 3.3.90.30 – Ficha
596
02.06.040824400092.243000 3.3.90.30 – Ficha
601
02.06.040824400092.245000 3.3.90.30 – Ficha
608
02.06.040824400092.246000 3.3.90.30 – Ficha
616
02.06.040824400092.256000 3.3.90.30 – Ficha
624
02.06.040824400092.257000 3.3.90.30 – Ficha
633
02.06.050824400092.208000 3.3.90.30 – Ficha
642
02.06.050824400092.238000 3.3.90.30 – Ficha
649
02.06.050824400092.241000 3.3.90.30 – Ficha
656
02.06.050824400092.275000 3.3.90.30 – Ficha
662
02.06.060824300092.255000 3.3.90.30 – Ficha
668
02.06.070824100092.279000 3.3.90.30 – Ficha
673
02.06.070824200092.280000 3.3.90.30 – Ficha
676
02.06.070824300092.281000 3.3.90.30 – Ficha
679
02.06.070824400092.278000 3.3.90.30 – Ficha
682
02.07.021030100012.031000 3.3.90.30 – Ficha
714
02.07.031030100012.031000 3.3.90.30 – Ficha
821
02.07.021030100012.151000 3.3.90.30 – Ficha
732
02.07.031030500012.196000 3.3.90.30 – Ficha
4232
02.07.021030500012.153000 3.3.90.30 – Ficha
4233
02.07.041030100012.261000 3.3.90.30 – Ficha
936
02.07.031030200012.157000 3.3.90.30 – Ficha
857
02.07.031030400012.195000 3.3.90.30 – Ficha
903
02.07.021030400012.154000 3.3.90.30 – Ficha
796
02.07.031030200012.158000 3.3.90.30 – Ficha
863



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA DETENTORA:

6.1.1. obriga-se a executar fielmente o objeto, conforme as especificações e prazos estipulados, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações;

6.1.2. manter durante toda a execução da Ata de registro de Preços em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de incorrer nas penalidades contidas sob pena de incorrer nas penalidades contidas neste edital e na minuta da ata de registro de preços;

6.1.3. permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização pelo Órgão Gerenciador da execução do objeto contratado, por funcionários seus e/ou prepostos por ele indicados, facultando-lhes o livre acesso a todas as instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes ao objeto contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do Órgão Gerenciador;

6.1.4. aceitar a ampliação ou redução do objeto contratado, nos limites estabelecidos no § 1º do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

6.1.5. reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93;

6.1.6. responder pelos danos causados diretamente ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de registro de Preços;

6.1.7. responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;

6.1.8. realizar os ajustes necessários à regular prestação dos serviços, caso estes não sejam aceitos pela fiscalização do Órgão Gerenciador;



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



6.1.9. justificar por escrito as razões técnicas operacionais quando não fornecer os produtos/executar os serviços registrados;

6.1.10 indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela Administração, por força de sentença judiciais que reconheça a existência de vínculo entre o Órgão Gerenciador e os empregados da Detentora, ainda que extinta a relação contratual entre elas;

6.1.10.1. A omissão da Detentora das demandas dessa natureza, será considerada falta grave sujeitando-se a aplicação das penalidades previstas em lei e contratuais, em especial, a de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração, assegurada a defesa prévia;

6.1.11. fornecer material, pessoal, alimentação, hospedagem, se necessário, combustível, encargos diretos e indiretos;

6.1.12 fiscalização de seus funcionários quanto ao uso correto e apropriados dos equipamentos de segurança nos fornecimentos realizados;

6.1.13. a remição, reparação, correção ou substituição dos equipamentos/materiais em que se verificarem defeitos ou incorreções, sem comprometer o andamento das atividades.

6.2. DO ORGÃO GERENCIADOR:

6.2.1. realizar os pagamentos previstos com pontualidade, desde que atendidas as formalidades estabelecidas na Ata de Registro de Preços;

6.2.2 exigir a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução da Ata de registro de preços;

6.2.3. não permitir que pessoas estranhas à Detentora examinem ou provoquem qualquer alteação nos serviços contratados, salvo prévia justificativa;

6.2.4. fornecer ao detentor dos preços registrados todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços contratados e



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



demais que estes venham a solicitar para o regular desempenho do fornecimento dos produtos / prestação dos serviços;

6.25. constatadas quaisquer irregularidades nos fornecimentos realizados, é assegurado à fiscalização da Ata de registro de Preços o direito de ordenar a suspensão dos fornecimentos/prestação dos serviços sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a Detentora, sem que este tenha direito à qualquer indenização no caso daquelas não serem atendidas dentro do prazo estabelecido no termo de notificação;

6.26. manter arquivada junto ao processo administrativo de licitação, toda a documentação referente aos mesmos;

6.27. atestar as notas fiscais que estiverem em conformidade com os produtos fornecidos/serviços executados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Em caso de inexecução do fornecimento/prestação de serviço, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução e no fornecimento ou inadimplemento Contratual, a DETENTORA estará sujeita, sem prejuízo de sua responsabilidade civil e/ou criminal, no que couber, e as penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.2. Se o Detentor, convocado dentro do prazo, não celebrar a Ata de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de registro de Preços, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Caratinga e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e nas demais cominações legais.

7.3. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior de referência a qualquer das hipóteses referidas na condição anterior, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

7.4. Em qualquer caso de descumprimento às normas previstas no edital e/ou fornecimento, o infrator também estará sujeito as seguintes sanções, independentemente da aplicação das já previstas nos itens anteriores:



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



7.4.1. Advertência utilizada como comunicação formal ao fornecedor/prestador de serviços sobre o descumprimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas decorreção.

7.4.2. Multa nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, incidente sobre o valor da quantidade que deveria ser entregue, assim considerado e calculado até o 10º (décimo) dia, após o prazo estipulado na Ordem de Fornecimento/Serviço, o que ensejará a consideração de inexecução parcial do ajuste.

b) 10% (dez por cento), incidente sobre o valor dos materiais que deveriam ser entregues, a partir do 11º (décimo primeiro) dia, o que ensejará a consideração de inexecução total do ajuste.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou Ata de registro de preços, em caso de recusa em reparar as irregularidades detectadas na execução da Ata de registro de preços.

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação na recusa do (s) licitante (s) em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação pela Administração Pública, através de correio eletrônico ou outro meio legalmente permitido.

e) 20% % (vinte por cento) sobre o fornecimento/serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou sua execução com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que se destina, ou diminuam-lhe o valor ou ainda, fora das especificações contratadas;

f) 10% (dez por cento) sobre o valor do(s) material(ais) entregue(s) com problemas técnicos, mais multa de 0,33% (três décimos por cento) se o material com problemas técnicos não for substituído em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Administração tiver comunicado à empresa a irregularidade.

7.4.3. suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município de Caratinga, por prazo de até 5 (cinco) anos.

7.4.4. declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e Distrital em quanto perdurarem os motivos de deter



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



minantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade, desde que cumprido o prazo estipulado na alínea anterior.

7.5. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

7.5.1. não atendimento às especificações relativas aos produtos/materiais previstos em Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente;

7.5.2. retardamento imotivado do fornecimento ou suas parcelas;

7.5.3. paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à administração pública municipal;

7.5.4. fornecimento de baixa qualidade.

7.6. Os atrasos por problemas técnicos que perdurarem por prazo maior que o estabelecido na alínea “f” do subitem 7.4.2. serão considerados inexecução parcial para os efeitos das aplicações das penalidades.

7.7. As penalidades serão aplicadas a critério da Administração e são independentes sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

7.8. As sanções previstas poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, exceto quanto à declaração de inidoneidade, cuja competência é exclusiva do Secretário Municipal competente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação, neste caso, ser requerida após 5 (cinco) anos de sua aplicação.

7.9. Na hipótese de multas, a contratada inadimplente será notificada para recolher aos cofres públicos, no prazo de 10 (dez) dias, a importância das penalidades impostas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Município e respectiva execução fiscal, ou, em sendo possível, caso seja mantida a Ata de Registro de Preços, será facultado ao Órgão Gerenciador o recolhimento das multas por ocasião do pagamento, através de compensação no preço.

7.10. As eventuais multas decorrentes do descumprimento total ou



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



parcial das obrigações assumidas no presente edital, poderão ser:

- a) descontadas do pagamento a ser efetuado;
- b) cobradas amigavelmente na esfera administrativa;
- c) cobradas pelas vias judiciais.

7.11. Será propiciada defesa a (o) contratada (o), antes da imposição das penalidades elencadas nos precedentes.

7.12. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quanto o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela empresa fornecedora e aceito pelo Órgão Gerenciador, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO

8.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá, a qualquer tempo, alterar ou cancelar presente ata, no interesse dos serviços e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à DETENTORA direito a qualquer indenização, exceto quanto aos pagamentos referentes aos fornecimentos por ela já realizados e aprovados.

8.2. Os casos de rescisão da Ata de registro de Preços são os previstos no artigo 78, incisos I, II, IV a XII, XIV, XV, XVII e XVIII da Lei Federal n.º 8.666/93, podendo ser efetivada nos moldes A entrega dos materiais será parcelada e de acordo com a demanda administrativa, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

8.3. A inexecução parcial ou total da Ata de registro de Preços ensejará seu cancelamento com as consequências da presente e as previstas em Lei.

8.4. Na hipótese de rescisão contratual unilateral, o Órgão Gerenciador, deverá, previamente, notificar por escrito a CONTRATADA, operando a rescisão com seus regulares efeitos, 15 (quinze) dias após a data do recebimento da notificação pela CONTRATADA.

8.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



8.6. As alterações pactuadas pelas partes, necessárias à adequação da presente Ata de Registro de Preços aos fins públicos almejados pelo Órgão Gerenciador, serão formalizadas por meio de termo aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

1.1. A fiscalização da execução da Ata de registro de Preços será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Artigo 67º da Lei n.º 8.666/93, que deverá atestar o fornecimento dos produtos conforme requisitado, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento/prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei Federal nº 8666/93.

1.2. Cabe ao executor da Ata de Registro de Preços, de que trata o item anterior:

- a)** responsabilizar-se pela supervisão da Ata de registro de Preços, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
- b)** adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução da Ata de registro de Preços, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal;
- c)** convocar por escrito a DETENTORA para efetuar os serviços de manutenção corretiva;
- d)** exigir da DETENTORA por escrito a substituição de qualquer membro da equipe técnica responsável pela execução dos serviços.
- e)** adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução da Ata de registro de Preços, podendo valer-se dos demais órgãos do Órgão Gerenciador.

1.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá ser informado de quaisquer irregularidades porventura levantadas pelo seu representante na execução da Ata de registro de Preços, sendo a **DETENTORA** responsável por quaisquer danos que possam advir da inexecução ou má execução, total ou parcial, que não tenha sido informada.

1.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da **DETENTORA** por quaisquer irregularidades ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência desses, não implica em corresponsabilidade do Órgão



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



Gerenciadorou de seus agentes eprepostos.

1.5. O ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos realizados se os mesmos forem considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no Edital de Licitação, na proposta apresentada e na presenteata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 Ficam as partes contratantes obrigadas a observar todos os termos do **Processo nº 041/2023 e Pregão Eletrônico n.º 007/2023** regendo-se estaata pelo disposto nas suas cláusulas, nos decretosmunicipais nº 125/2019, 162/2019 e 188/2020e alterações posteriores, se houverem, nas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores e, em sua omissão, pelos preceitos de Direito Público e, supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições de direito privado aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA A TERCEIROS E DASUBCONTRATAÇÃO

11.1. É expressamente vedada a cessão, total ou parcial, dos direitos decorrentes da presente ata a terceiros, sob pena de rescisão, de pleno direito, independente de notificação judicial, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo em caso de comprovado interesse público, mediante prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA –DA PUBLICAÇÃO

12.1. A eficácia da presente ata está vinculada a publicação do seu extrato na forma prevista na Lei Orgânica Municipal, a cargo do Órgão Gerenciador, devendo ser realizada nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de quedeles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



13.2 - A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar a Departamento de Compras e Licitações, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que a precedeu.

13.3 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

13.4 - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente aos casos omissos.

13.5 - O fornecedor indica o e-mail: cirurgicadiniz@yahoo.com.br para recebimento de intimações, inclusive as decorrentes de processo administrativo disciplinar, ordens de fornecimento/serviço, comunicações, etc., objeto do presente instrumento.

13.5.1 - As intimações serão feitas por meio eletrônico, na forma do subitem item 12.5, considerando-se realizada no dia em que o intimando efetivar a confirmação do recebimento do seu teor;

13.5.2 - Na hipótese de intimações confirmadas em dia não útil, a mesma será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

13.5.3 - A intimação referida nos itens 13.5.1 e 13.5.2 deverá ser confirmada o recebimento no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA CATORZE - DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da comarca de Caratinga, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, para que se



PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Fazenda

Superintendência de Contratos e Licitações



produzam os seus efeitos legais.

Caratinga/MG, 24 de Abril de 2023.

GILBERTO EVANGELISTA DE OLIVIERA

MUNICÍPIO DE CARATINGA/MG

CONTRATANTE

Testemunhas:

1 - _____ CPF: _____

2 - _____ CPF: _____

EDNA MARIA DE ANDRADE DINIZ

DINIZ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS

LTDA

CONTRATADA